



Instituto Federal de Brasília
Campus Brasília

Curso de pós-graduação em Gestão Pública: Governança e Políticas Públicas
Trabalho de Conclusão de Curso

Acessibilidade física e inclusão na Biblioteca do Ministério da Saúde

Accessibility physical and inclusion in the library of the Ministry of Health

Helen Ferreira Cristalino Pereira
E-mail: helen.pereira1@estudante.ifb.edu.br

Orientadora: Prof.^a Dra. Flávia
Furtado Rainha Silveira

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa foi avaliar os recursos tecnológicos e de mobiliário de acessibilidade presentes na Biblioteca do Ministério da Saúde oferecido aos usuários PCD. Por esse modo, a metodologia utilizada foi de cunho descritivo e qualitativo. O instrumento de pesquisa foi através de um *check list* que contempla os itens que promovem a acessibilidade física, a fim de verificar se a Biblioteca do Ministério da Saúde contempla o que prevê a Norma ABNT NBR – 9050, a qual estabelece os parâmetros e os critérios técnicos que norteiam as construções, a fim de primarem pela acessibilidade. Os resultados indicaram que a Biblioteca do Ministério da Saúde atende às normas propostas pela ABNT - NBR 9050, em relação aos principais aspectos de balcões de atendimento e sanitários, deixando a desejar nos quesitos referentes à sinalização, no aspecto tátil, visual, bem como na área livre para estudo.

Palavras-chave: Acessibilidade física. Inclusão. Biblioteca. Ministério da Saúde.

ABSTRACT

The objective of this research was to evaluate the technological resources and accessibility furniture present in the Library of the Ministry of Health offered to PWD users. For this reason, the methodology used was descriptive and qualitative. The research instrument was through a checklist that contemplates the items that promote physical accessibility, in order to verify if the Library of the Ministry of Health contemplates what the ABNT NBR Standard – 9050 provides, which establishes the parameters and criteria technicians who guide the constructions, in order to excel in accessibility. The results indicated that the Library of the Ministry of Health complies with the standards proposed by ABNT - NBR 9050, in relation to the main aspects of service counters and toilets, leaving something to be desired in terms of signaling, tactile and visual aspects, as well as in the free study area.

Keywords: Physical accessibility. Inclusion. Library. Ministry of Health.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências promovida pela Organização das Nações Unidas – ONU, as pessoas com deficiência – PCD's são aquelas que têm alguma limitação física, intelectual ou sensorial, dessa forma, a interação com uma ou mais barreiras, pode dificultar sua participação plena na sociedade. (BRASIL, 2015).

A acessibilidade física é um dos pressupostos para se viabilizar a inclusão das pessoas com deficiência, visto que, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a acessibilidade visa potencializar a utilização dos espaços físicos de forma segura de modo a promover a autonomia de todas as pessoas, em especial as pessoas deficientes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015).

Segundo a Lei nº 10.098 de 2000, também conhecida como Lei Brasileira da Inclusão, a acessibilidade consiste na possibilidade e condição de alcance para que a utilização dos espaços, tais como: equipamentos urbanos, transportes, além dos demais serviços e instalações abertos ao público, sejam seguros e proporcionem autonomia aos seus usuários, tanto na zona urbana, quanto na rural para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Dessa forma, algumas bibliotecas utilizam os preceitos da acessibilidade a fim de possibilitar a democratização dos seus espaços. Tendo em vista a importância de que a infraestrutura física atende aos princípios da acessibilidade, a Biblioteca do Ministério da Saúde elaborou o Plano de Modernização que contém diretrizes para ampliar a acessibilidade e a inclusão dos PCD's em seus ambientes físicos e virtuais. Assim, o referido documento pressupõe que a instituição deve garantir o acesso equitativo aos usuários com deficiência visual às suas dependências e buscar atender às normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência (BRASIL, 2000).

O Projeto de Acessibilidade da Biblioteca do Ministério da Saúde tem como foco principal promover o melhor acesso aos usuários. Dessa forma, a biblioteca orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Diante da importância de que as diretrizes de acessibilidade sejam respeitadas, principalmente nos espaços públicos, o presente trabalho de conclusão abrange uma pesquisa que partiu da seguinte pergunta de pesquisa: Quais as condições de acessibilidade que a Biblioteca do Ministério da Saúde oferece aos usuários PCD's?

Assim, tem-se o seguinte objetivo geral: Avaliar os recursos tecnológicos e de mobiliário de

acessibilidade presentes na Biblioteca do Ministério da Saúde oferecido aos usuários PCD.

São objetivos específicos deste trabalho:

i) Apontar os itens de acessibilidade encontrados no interior da Biblioteca do Ministério da Saúde, de acordo com o *checklist* de acessibilidade, baseado nas normas legais;

ii) Listar os itens de acessibilidade parcialmente encontrados no interior da Biblioteca do Ministério da Saúde, de acordo com o *checklist* de acessibilidade, baseado nas normas legais;

iii) Identificar os itens de acessibilidade não encontrados no interior da Biblioteca do Ministério da Saúde, de acordo com o *checklist*, baseado nas normas legais.

iv) Propor iniciativas para a melhoria da acessibilidade na Biblioteca do Ministério da Saúde.

A avaliação das condições de acessibilidade permitirá que a equipe da biblioteca tenha conhecimento da situação atual, na perspectiva do que já foi consolidado de benefício ao usuário PCD e os aspectos que carecem de melhorias no que se refere aos produtos e serviços acessíveis. Sendo assim, a biblioteca cumprirá o seu propósito informacional e os usuários terão suas demandas atendidas com igualdade e garantia dos seus direitos.

Para a presente pesquisadora, este trabalho foi importante porque possibilitou conhecer e identificar, enquanto gestora pública, a importância da infra estrutura para se promover a inclusão dos PCD's.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Costa *et.al* (2022) aponta que a inclusão de PCD's precisa abranger a acessibilidade em todos os espaços, o que compreende, também, as bibliotecas. No entanto, em uma sociedade inclusiva, há de se garantir não somente a adequação de ambientes físicos, mas, também, o fortalecimento das atitudes de aceitação das diferenças, o que acaba por potencializar o respeito à diversidade humana.

Nas palavras de Pantoja e Piani (2022), a inclusão das PCD's é uma temática que vem ganhando atenção da sociedade nos tempos atuais. De acordo a ONU, no mundo, atualmente, vivem mais de 1 bilhão de PCD's, estando mais concentradas em regiões subdesenvolvidas e sofrendo estigmatização pela sua condição, de tal forma que os seus direitos são violados nos mais variados espaços. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2021).

De acordo com Costa *et.al* (2022), no último levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019), aproximadamente 17,3 milhões de pessoas possuem algum tipo de limitação física, representando 8,4% da população brasileira.

Costa e Oliveira (2022) afirmam que a inclusão social perpassa a concepção de sociedade que aceita e respeita as diferenças de identidades, cultura, gênero e das mais diversas condições. Nesta perspectiva, a inclusão é uma via de mão dupla, onde todos ganham em civilidade e humanidade. Trata-se, assim, de garantir as prerrogativas de um mundo onde caibam todos os indivíduos, não sendo diferente para as PCD's.

Não obstante às diretrizes que alicerçam a inclusão social, muitos PCD's encontram dificuldades dos mais variados tipos, sendo a inclusão informacional uma delas. Neste sentido, as bibliotecas são, ao mesmo tempo, importante recurso para o acesso e transmissão de cultura e de saberes, como, também, um dispositivo que facilita a inclusão efetiva dessas pessoas na sociedade (COSTA e OLIVEIRA, 2022).

Para Costa *et.al* (2022), a acessibilidade pode ser conceituada como um termo usado para referir-se a um lugar ou uso de produtos e serviços que possibilita a qualquer pessoa com deficiência ter seus direitos garantidos, no sentido de poder ter acesso de forma autônoma aos diversos espaços, serviços e bens.

A acessibilidade, outrossim, pode se dar nas mais variadas esferas. Carmo e Massarani discorrem sobre três delas, a saber:

- i) Acessibilidade física: diz respeito aos desenhos arquitetônicos, aos espaços e infraestrutura, além dos mobiliários e equipamentos de determinado local;
- ii) Acessibilidade comunicacional: está ligada à eliminação de barreiras de comunicação e informação, incluindo, aí, as ferramentas e tecnologias de comunicação e informação.
- iii) Acessibilidade atitudinal: diz respeito às concepções e às práticas de respeito à diversidade humana, ou, do contrário, aos preconceitos e estigmatização.

No Brasil, a Lei Brasileira da Inclusão de Pessoa com Deficiência - LBI, Lei 13.146/2015, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, incorporou os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em 2006, pela Organização das Nações Unidas – ONU (BRASIL, 2015).

Consoante a tal lei, uma pessoa com deficiência é aquela que possui impedimento a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

Anteriormente à LBI, o Decreto nº 5.296/2004 já versava sobre a temática da acessibilidade, de tal forma que o Art. 24 assegura que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditório, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

Portanto, a acessibilidade foi tema de várias leis nacionais que tratam sobre a inclusão dos PCD's. O conceito sistêmico de acessibilidade plena traz um espectro mais abrangente não a restringindo meramente aos aspectos físicos, mas, também, abarcando os aspectos atitudinais. Posto isto, resta afirmar que a acessibilidade é uma prerrogativa legal que visa a democratização dos espaços, bem como, a utilização destes de forma segura para PCD's (COSTA *et.al*, 2022).

Em um estudo realizado sobre acessibilidade para usuários surdos, tendo como participantes os próprios surdos, em três museus do Rio de Janeiro, Carmo e Massarani (2022) concluíram que esses sujeitos encontraram nesse espaço as mais variadas barreiras, sendo a principal as dificuldades comunicacionais, como sinalização em Libras - Língua Brasileira de Sinais.

Verifica-se, assim, que as barreiras físicas, de comunicação e atitudinais devem ser removidas para possibilitar a inclusão e evitar a exclusão dos PCD's. Desta forma, se faz necessário que a acessibilidade aconteça nos seus mais diversos níveis – física, comunicacional e atitudinal - para que a lógica da inclusão dos PCD's aconteça. Assim, se faz presente que a sociedade se modifique para atender às necessidades dos cidadãos (SASSAKI, 2019).

De acordo com Schuindt e Silveira (2020, p. 9),

A inclusão implica na transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção, independentemente de suas condições, pois pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças.

Levando-se em consideração que a inclusão pressupõe a modificação dos mais variados espaços e atitudes para atender às necessidades dos PCD's, as bibliotecas podem ser consideradas como uma via de acesso às informações e aos saberes de uma determinada cultura. Russo (2010) descreve que as bibliotecas (ou unidades de informação) têm, basicamente, duas finalidades principais: atender às necessidades dos seus usuários e procurar facilitar o acesso, de forma rápida e ótima, à informação por eles solicitada. Como unidade de democratização das informações, as bibliotecas têm a responsabilidade de assegurar a inclusão dos PCD's, por meio de práticas que reverberem os seus direitos, o que consiste, inclusive, na eliminação das barreiras arquitetônicas e na promoção da comunicação, bem como na potencialização do acesso às informações, cumprindo os requisitos legais de acessibilidade.

As bibliotecas, assim, existem para suprir as demandas sociais. Dessa forma, como unidade viva e sistêmica, que acompanha as evoluções da sociedade, deve desenvolver práticas que

minimizem ou eliminem as barreiras para o acesso à informação por parte dos PCD's. Para que isso aconteça, deve envolver os seus usuários nas políticas de acessibilidade dos seus espaços e criar possibilidades de que as barreiras sejam removidas e se pratique, de fato, a inclusão dos PCD's nos seus espaços (COSTA e OLIVEIRA, 2022).

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização de pesquisa

A abordagem metodológica da presente pesquisa tem cunho descritivo e qualitativo, visto que busca verificar a existência dos requisitos presentes nas normas brasileiras para que o espaço da Biblioteca do Ministério da Saúde seja considerado acessível.

Segundo Gil (2018), a pesquisa descritiva tem por objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como a identificação de possíveis relações entre variáveis. Trata-se ainda de uma pesquisa por observação, que se refere à análise de um determinado contexto, comportamentos, e o registro sistemático desses fenômenos que daí emergem a fim de ampliar tal realidade (GIL, 2018). Já a abordagem qualitativa busca analisar dados textuais ou orais, sendo, portanto, mais subjetiva, se comparada à abordagem qualitativa (GIL, 2018).

3.2 Caracterização da instituição pesquisada

A Biblioteca do Ministério da Saúde é especializada em obras que versam sobre a temática da saúde, tendo sido criada em 1953, no mesmo ano de constituição do Ministério da Saúde. De acordo com o Decreto nº 34.596, o serviço de documentação da biblioteca

Art. 7º - tem por fim coligir, ordenar e conservar documentos, fotografias e dados descritivos e estatísticos, competindo-lhe promover exposições e conferências sobre temas relativos à saúde, organizar publicações e outros trabalhos de interesse público, concernentes às atividades do Ministério.

§ 2º - Integrará o Serviço de Documentação a Biblioteca (B), resultante do desdobramento da Biblioteca do antigo Ministério da Educação e Saúde, a qual compete manter organizadas e franquear-las ao público, as coleções de publicações nacionais e estrangeiras sobre assuntos relacionados com as atividades do Ministério (BRASIL, 1953).

Atualmente, segundo o Painel Estatístico de Pessoal - PEP (2022), o Ministério da Saúde dispõe de 191.775 servidores nos seus mais diversos órgãos, como a Fundação Nacional de Saúde, representando 10,90% do total; a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz com 3,26%; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, perfazendo 1,20%; e a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, representando 0,33% do total dos servidores.

Quanto ao vínculo, 85,80% detém de contrato de trabalho regido pelo Regime Jurídico Único. Quanto ao gênero, os do sexo feminino representam 46,5% do total. Quanto à escolaridade, 44,8% têm curso superior.

No Ministério da Saúde, considerando os servidores com vínculo baseado no Regime Jurídico Único, 276 servidores são PCD's, o que representa 0,96% do total. Destes 17,75% têm visão parcial; 12,32% têm deformidade congênita ou adquirida; 11,96% têm mobilidade reduzida permanente ou temporária; 10,87% é parcialmente surdo; 10,51% é portador de baixa visão; 7,25% têm surdez bilateral; 5,07% foram amputados; 3,62% tem monoparesia; 3,26% têm paraplegia; 2,90% é surdo, sendo que as pessoas com monoplegia e deficiência múltipla correspondem, cada grupo, a 2,17%.

Quanto ao perfil majoritário do usuário potencial da Biblioteca do Ministério da Saúde, em 2022, é homem, servidor federal, Regime Jurídico Único, ensino superior completo, sem deficiência, residente na região Sudeste (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

3.3 Instrumentos de pesquisa

O instrumento utilizado na presente pesquisa foi o *checklist* disponibilizado no CAPAGIIC-Saúde 4.0, Curso de Extensão Universitária Iniciação e Atualização, em que participaram os servidores e terceirizados da Biblioteca do Ministério da Saúde. O referido curso é ofertado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e é fruto de uma parceria entre o Ministério da Saúde e a referida Universidade, com objetivo de capacitar profissionais de nível médio e superior do Ministério da Saúde e das bibliotecas cadastradas na Rede BiblioSUS. O curso visa proporcionar conhecimentos para que os agentes públicos ampliem suas habilidades informacionais, promovendo a equidade no acesso à informação em saúde e auxiliando no desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Tal instrumento foi elaborado de acordo com a ABNT NBR 9050:2015 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2015)

3.4 Construção dos dados

Após a autorização por escrito da chefia imediata da autora da pesquisa, servidora terceirizada da Biblioteca do Ministério da Saúde, foi realizada a observação do espaço para preenchimento do *checklist*.

No que tange aos recursos tecnológicos e de mobiliário, a pesquisadora realizou uma observação, sem roteiro prévio, visando identificar a presença destes itens na Biblioteca do Ministério da Saúde.

3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados

A avaliação descritiva foi realizada a partir do preenchimento do *checklist* conforme os itens referentes à acessibilidade no que diz respeito aos requisitos de ambiente e mobília da biblioteca, desde a entrada no Ministério da Saúde, a porta de acesso da biblioteca, o balcão do serviço de atendimento ao usuário da biblioteca, as mesas, as cadeiras, entre outros pontos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados os resultados e as discussões em conformidade com a metodologia apresentada na seção anterior. Os dados são organizados tendo como norte os objetivos do trabalho.

i) Recursos tecnológicos e de mobiliário de acessibilidade encontrados na Biblioteca do Ministério da Saúde

De acordo com observação realizada no espaço físico, a Biblioteca do Ministério da Saúde possui os seguintes recursos de acessibilidade: balcão referência planejado, impressora em Braille e mesas adaptadas.

A Biblioteca disponibiliza a impressão de qualquer obra do Ministério da Saúde em braille mediante pedido. O material impresso em braille pode ser retirado na Biblioteca ou enviado pelo cecograma que corresponde ao serviço que isenta a pessoa com deficiência visual das taxas de postagem de materiais em braille. As obras disponíveis na Biblioteca Virtual de Saúde - BVS também são legíveis por DOSVOX e sistemas similares. O DOSVOX é um sistema gratuito desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, disponibilizado na *internet*, que permite aos cegos e aos deficientes visuais terem acesso aos textos escritos. Assim, o texto é lido pelo programa e transformado em fala (SILVA, 2015).

Abaixo estão dispostas imagens referentes ao Espaço Interno da Biblioteca do Ministério de Saúde:

Figura 1 - Entrada da Biblioteca

Figura 2 - Acesso aos corredores



Figura 3-Mesas e cadeiras do espaço interno



Figura 4 - Balcões de atendimento

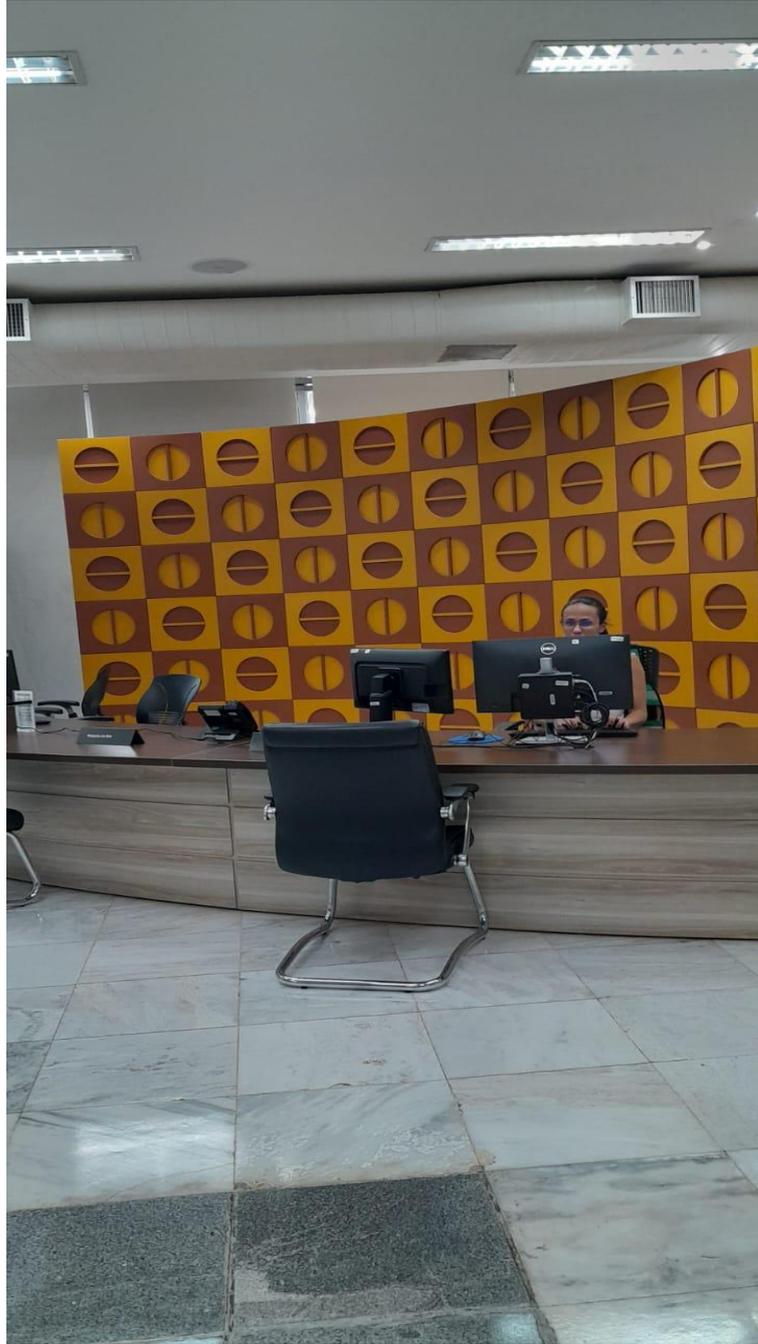


Figura 5 - Sanitários



ii) Itens de acessibilidade encontrados na Biblioteca do Ministério da Saúde, de acordo com o *checklist*, baseado nas normas legais

O Quadro 1 apresenta os principais itens que foram encontrados no interior da Biblioteca.

Quadro 1. Itens de acessibilidade encontrados na Biblioteca do Ministério da Saúde

ITENS DO *CHECKLIST* DE ACESSIBILIDADE FÍSICA, DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS, ENCONTRADOS NA BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

A altura dos interruptores (de luz, de disjuntor, de tecla de estabilizador de computador, etc) está entre 0,60m a 1,00m de altura do piso.

Os interruptores de luz são de pressão, com grande superfície, diferenciados cromaticamente da parede onde se encontram.
As tomadas elétricas são instaladas a uma altura entre 0,40m a 1,00m.
O piso é opaco, não provocando reflexos excessivos com a iluminação local, que podem desorientar pessoas com baixa visão.
O piso da biblioteca contrasta com a parede e outros elementos arquitetônicos.
A inclinação transversal do piso no interior da biblioteca é de, no máximo, 2%, e a inclinação longitudinal de, no máximo, 5%.
Os desníveis estão em altura máxima de 5mm.
A biblioteca dispõe de sanitário acessível para de uso preferencial para PCD, e está devidamente identificado pela sinalização internacional de acessibilidade.
O sanitário acessível está localizado dentro de uma rota acessível.
O balcão de atendimento às pessoas está localizado em rota acessível.
O balcão de atendimento, em algum trecho de sua longitude, de no mínimo 0,90m, apresenta altura de no máximo 0,90m do piso, permitindo o contato visual entre a pessoa (em cadeira de rodas ou de baixa estatura) e o servidor atendente.
Pelo menos 5% das mesas permitem a aproximação frontal completa, especialmente de pessoas em cadeira de rodas, com altura livre inferior de no mínimo 0,73m do piso, e módulo de referência possibilitando avançar sob as mesas ou superfícies até no máximo 0,50m.
Pelo menos 5% das mesas apresentam altura e posição acessíveis e confortáveis na altura entre 0,75m e 0,85m do piso.
Pelo menos 5% das mesas apresentam arredondamento dos ângulos a fim de evitar acidentes com pessoas em cadeira de rodas, de baixa estatura e outros.

Como percebe-se, os itens presentes no *checklist* que foram encontrados na Biblioteca objeto dessa pesquisa estão relacionados, em sua maioria, aos desníveis e mesas ou superfícies para os usuários aos quais boa parte estiveram de acordo com as normas legais. Destaca-se que balcões de atendimento e sanitários atenderam a 100% dos critérios propostos pela norma.

iii) Itens de acessibilidade encontrados parcialmente na Biblioteca do Ministério da Saúde, de acordo com o *checklist*, baseado nas normas legais

O Quadro 2 apresenta os principais itens que foram parcialmente encontrados no interior da

biblioteca.

Quadro 2. Itens de acessibilidade encontrados parcialmente na Biblioteca do Ministério da Saúde

ITENS DO <i>CHECKLIST</i> DE ACESSIBILIDADE FÍSICA, DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS, ENCONTRADOS PARCIALMENTE NA BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE
Há parcialmente iluminação, cores e contraste entre paredes, pisos e portas, entre maçanetas e portas e entre estas e o batente a fim de facilitar a percepção para pessoas de baixa visão.
No prédio, existe parcialmente uma rota acessível interligando o acesso de pessoas a todas as áreas e setores, desde a entrada principal.
A organização interna dos espaços (leiaute) é parcialmente perceptível, evitando becos, áreas sem uso e qualquer outra configuração que possa causar confusão ou isolamento de pessoas com senso de orientação reduzido.
Os pisos no interior da biblioteca apresentam parcialmente uma superfície regular, firme, estável, sem trepidações, considerando dispositivos com rodas.
Nem toda comunicação de emergência é transmitida para todos os setores.

Diante do quadro 2, percebeu-se que os itens parcialmente cumpridos pelas normas legais apresentaram-se em menor quantidade que os demais e estiveram presentes principalmente nos espaços internos da biblioteca.

iv) Itens de acessibilidade não encontrados na Biblioteca do Ministério da Saúde, de acordo com o *checklist*, baseado nas normas legais

Os itens de acessibilidade não encontrados acordes a Norma ABNT NBR 9050:2015 estão apresentados no Quadro 3.

Quadro 3. Itens de acessibilidade não encontrados na Biblioteca do Ministério da Saúde

ITENS DO <i>CHECKLIST</i> DE ACESSIBILIDADE FÍSICA, DE ACORDO COM AS NORMAS LEGAIS, NÃO ENCONTRADOS NA BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE
As portas internas não apresentam condições de acessibilidade, com um vão livre mínimo de 0,80m e altura mínima de 2,10m.
As zonas não acessíveis, com corredores estreitos ou desníveis sem rampas, não estão sinalizadas antecipadamente.

A área livre para circulação (espaço de estudo) de um pedestre e uma pessoa em cadeira de rodas não possui largura mínima de 1,20m.
A área livre (espaço de estudo) para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 90°, não possui o mínimo de 1,20m x 1,20m.
A área livre (espaço de estudo) para manobra de pessoa em cadeira de rodas, sem deslocamento, com rotação de 360°, não possui o mínimo de diâmetro de 1,50m.
O piso da biblioteca não é antiderrapante sob qualquer condição.
Pelo menos 5% das mesas não estão localizadas junto às rotas acessíveis.
No entorno de pelo menos 5% das mesas não é garantida uma faixa livre de circulação de 0,90 m de área de manobra para o acesso às mesmas.
As cadeiras para uso nas mesas não possuem rodízios para o deslocamento.
O prédio não apresenta piso tátil de alerta para sinalizar situações que envolvem risco de segurança.
Os pisos do prédio não apresentam sinalizações táteis direcionais delineando a trajetória para os diferentes serviços/setores.
O prédio não apresenta sinalização tátil direcional no piso em áreas de circulação onde há ausência ou interrupção da guia de balizamento, em ambientes internos ou externos.
As rotas de fuga e as saídas de emergência do prédio e dos espaços não estão sinalizadas com informações visuais, táteis e sonoras.

A partir do Quadro 3, é possível verificar que os itens referentes tanto ao espaço interno da biblioteca, quanto à sinalização de espaços e serviços apontaram o não cumprimento das normas legais, principalmente quando relacionados à sinalização tátil do ambiente.

No que diz respeito aos itens de acessibilidade faltantes na biblioteca faz-se necessário abordar que esse fator está relacionado em sua maior parte a déficits na gestão, a exemplo disto tem-se as inúmeras questões burocráticas no que tange ao difícil acesso aos recursos precisos tornando-os mais precários para que se tenha o cumprimento de regras predispostas na norma ABNT NBR 9050.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo avaliar os recursos tecnológicos e de mobiliário de acessibilidade presentes na Biblioteca do Ministério da Saúde oferecido aos usuários PCD. Estes itens foram sumarizados em um *checklist* e, após observação e preenchimento do instrumento de pesquisa, avaliou-se que a Biblioteca do Ministério da Saúde atende às normas propostas pela ABNT - NBR 9050 em sua maioria, deixando a desejar em sinalização no aspecto tátil, visual, bem como a área livre para estudo.

O trabalho desenvolvido atingiu os objetivos inicialmente propostos, pois verificou e analisou os itens legais presentes, ausentes e aqueles atendidos parcialmente, quando comparados às obrigatoriedades trazidas na ABNT - NBR 9050. Enquanto gestora pública, propõe-se que sejam colocadas em prática Políticas Públicas que assegurem a autonomia e a segurança de PCD 's e pessoas com mobilidade reduzida, a fim de que estas não sejam expostas a situações de vulnerabilidade social, pois, perante a lei todos são iguais. Contudo, o Estado precisa oferecer condições de acessibilidade para quem precisa.

Sendo assim, esta pesquisa buscou contribuir com informações que possam conduzir a uma melhor prática da gestão inclusiva na Biblioteca do Ministério da Saúde. Acredita-se que um mundo inclusivo, em que sejam considerados todos os indivíduos, somente será possível se a acessibilidade perpassar os muros dos tratados e normativos legais e adentrar à prática do cotidiano das organizações. Por esse modo, cuidar da acessibilidade dos espaços físicos é condição *si ne qua non* para que os direitos dos PCD's sejam garantidos.

Não obstante ter trazido luz sobre as modificações necessárias a serem realizadas na infraestrutura da Biblioteca do Ministério da Saúde, para que atenda a ABNT - NBR 9050, e seja, de fato, uma biblioteca inclusiva, o presente estudo possui limitações, pela questão da escassez de tempo, focou-se em analisar apenas os itens presentes no interior da biblioteca.

Portanto, sugere-se que os gestores da Biblioteca pesquisada invistam mais atenção nos itens encontrados na presente pesquisa como deficitários, como, na sinalização e nos aspectos sensoriais, como piso tátil, que são essenciais para a inclusão dos cegos a fim de que a Biblioteca do Ministério da Saúde cumpra o seu papel na democratização das informações e exercício da cidadania dos PCD's.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. D. Pimenta, J. S. Acessibilidade em biblioteca escolar na perspectiva das políticas públicas e diretrizes institucionais do IFRO. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 564-580, ago./nov., 2017. Disponível em <<https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2431>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

BRASIL. **Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Brasília, DF: Planalto da Casa Civil, 2000. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 3 jun. 2016.

BRASILEIROS. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 36, e234507, 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982020000100104&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 jan. 2023.

CARMO, Marcelle Pita de Sousa do Carmo; MASSARANI, Luísa. Acessibilidade e museus de Ciências: visitação de jovens surdos a três museus do Rio De Janeiro. **Ensaio em Educação e Ciência**, 24, 2022.

COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. **Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação**. Perspectivas em Ciência da Informação, 27,(1), 2022

COSTA, A. C. C. dos S.; FONSECA, L. C. C. .; ROSA, M. de F. L. . **Urban accessibility facilitated by apps for PwDs: a systematic literature review. Research, Society and Development**. [S. l.], v. 11, n. 11, p. e08111133296, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i11.33296. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/33296>. Acesso em: 4 jan. 2023.

_____. **Decreto nº 34.596, de 16 de novembro de 1953**. Aprova o Regulamento do Ministério da Saúde, criado pela Lei de nº 1.920, de 25 de julho de 1953, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34596-16-novembro-1953-328248-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 jan 2022.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa, 6 ed.** São Paulo: Atlas, Grupo GEN, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012934/>. Acesso em: 23 nov. 2021

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Lei Brasileira de Acessibilidade - Lei nº10.098**, de 19 de Dezembro de 2000.. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Disponível em: 29 dez. 2021.

_____. **Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº13.146**, de 6 de julho de 2015. Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Disponível em: 27 dez. 2021.

Ministério da Saúde - Portal da Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Disponível em: <<https://aps.saude.gov.br/smp/smpoquee>> Acesso em 04 jan 2023.

_____. **Ministério da Saúde.** Portaria nº 586, de 3 de outubro de 1979. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 out. 1979. Seção 1, p. 14753. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1979/prt0586_03_10_1979.html. Acesso em: 03 jan 2023..

OLIVEIRA, D. P. R. de. **Teoria geral da administração: uma abordagem prática.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Organização das Nações Unidas. **1 bilhão de pessoas com deficiência estão entre as mais impactadas pela pandemia.** Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772482>> . Acesso em 03 jan 2023.

Painel Estatístico de Pessoal. Disponível em: <<https://www.seplad.df.gov.br/category/painel-estatistico-de-pessoal/>> Acesso em 02 jan 2023.

PANTOJA, Jorgeane Pedrosa; PIANI, Pedro Paulo Freire. A autonomia da criança com deficiência. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida | Vol.14| N°.2| Ano 2022.**

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de biblioteconomia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: E-Papers, 2010.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação.** São Paulo, v. 11, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319 >. Acesso em: 5 jan. 2023.

SCHUINDT, CLÁUDIA CELESTE e SILVEIRA, CAMILA. **A educação inclusiva em espaços não formais: Uma análise dos museus de Ciências Brasileiros.** Educação em Revista [online]. 2020, v. 36 [Acessado 6 Janeiro 2023], e234507. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698234507>>. Epub 30 Nov 2020. ISSN 1982-6621. <https://doi.org/10.1590/0102-4698234507>.

SILVA, Kátia Ariane da. **Uma análise sobre a usabilidade do DOSVOX.** Disponível em: <<http://ueadsl.textolivre.pro.br/2015.1/papers/upload/7.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2023.